



Em defesa da vida: *cessar-fogo e fim do bloqueio em Gaza*

Pessoas do mundo todo, incluindo movimentos sociais, sindicatos, organizações da sociedade civil, grupos judeus antissionistas e a diáspora palestina, estão pedindo um cessar-fogo na Faixa de Gaza e apoio humanitário urgente para os mais de dois milhões de palestinos da região. Sob o bloqueio imposto pelo Estado de Israel desde 2007, que os condenou a uma vida de miséria com acesso limitado a itens básicos de sobrevivência, como água, eletricidade, remédios e alimentos adequados, o povo palestino em Gaza também tem seu direito à mobilidade negado por Israel. Não é coincidência o fato de a comunidade internacional considerar Gaza uma prisão a céu aberto. Além disso, é uma prisão regularmente bombardeada pelo exército israelense. Os bombardeios mais pesados são justificados por Israel em nome de sua segurança nacional ou em resposta às ações do Hamas, que surgiu na década de 1980 e cujo crescimento foi incentivado pelo próprio Estado de Israel como uma tática para enfraquecer a OLP.

Recentemente, o braço armado do Hamas agiu violentamente contra civis israelenses, causando centenas de mortes e fazendo reféns para a troca de prisioneiros com Israel. Reconhecemos, em princípio, o direito de resistência do povo palestino de acordo com a lei internacional em casos de ocupação colonial. No entanto, condenamos essas ações de violência indiscriminada contra civis israelenses e nos solidarizamos com as famílias afetadas, assim como nos solidarizamos com as milhares de famílias palestinas que são vítimas desse estágio recente do conflito. Afirmamos a defesa da vida como um princípio de emancipação.

Além disso, reconhecemos o direito e a necessidade de território soberano, vida e sustentabilidade para o povo palestino e o povo judeu, que devem ser construídos pelos caminhos da reparação e da reconciliação, e não pelo caminho da

militarização que cresce com o apoio do capital estrangeiro e sua sede por recursos. A história de deslocamentos e dor na região deve acabar para assegurar modos de vida mais solidários.

Esse ataque do Hamas, sem precedentes históricos, foi rapidamente instrumentalizado pelo governo mais direitista da história de Israel. Ele pôs um fim abrupto a um movimento de protesto em massa em Israel que se opunha às reformas judiciais lideradas por esse governo. Ele marginalizou mais uma vez as forças de oposição e de esquerda em Israel que estão lutando pela paz e pela coexistência pacífica entre todos os povos da região. Além disso, a linha mais reacionária do governo e do exército israelense foi estimulada pelo apoio internacional incondicional de governos como o dos EUA e da Alemanha, entre outros, para iniciar um período intenso de bombardeios e um fechamento total da entrada de alimentos, água, eletricidade ou medicamentos em Gaza.

A ONU não apoia a reivindicação do Estado israelense de seu pleno direito de autodefesa contra um ator não estatal. No entanto, esse argumento tem sido amplamente utilizado para desumanizar os palestinos e alegar que toda a população de Gaza deve ser afetada por causa das ações do Hamas, cuja liderança principal reside no Catar. O Estado de Israel há muito tempo emprega táticas de "punição coletiva" contra o povo de Gaza, o que é proibido pela Quarta Convenção de Genebra. Também é importante lembrar que as ações opressivas do Estado de Israel contra os palestinos vão além de Gaza, por meio de um regime de apartheid, afetando os palestinos também na Cisjordânia, em Jerusalém Oriental e até mesmo dentro da linha verde do território reconhecido como Israel, levando a mais deslocamentos, prisões - inclusive de crianças - e violência diária. Esse projeto de expansão colonial também afeta as Colinas de Golã, território sírio ocupado por Israel desde 1967.

Hoje, a escalada de violência e morte perpetrada pelo exército israelense em Gaza está atingindo novos níveis de crueldade, enquanto vários de seus líderes confessam abertamente sua intenção de promover uma nova Nakba (catástrofe) palestina por meio do deslocamento forçado, da militarização, da ocupação e da construção de novas colônias sionistas. A recente ordem para que mais de um milhão de palestinos, bem como membros do setor humanitário, se desloquem para o sul de Gaza sinaliza um novo estágio nos planos de expansão territorial e limpeza étnica de Israel. Os muitos dias de bloqueio da entrada de ajuda humanitária e o bombardeio direto ou indireto de abrigos civis, como escolas, locais de culto e hospitais, bem como rotas de deslocamento e a fronteira com o Egito, indicam que, além da limpeza étnica, a direita israelense no governo está agora visando a um genocídio direto do povo de Gaza, assistido mundo afora pela

televisão e por transmissões ao vivo. O Estado israelense está agindo dessa forma porque sabe que tem o apoio dos líderes políticos dos EUA, Canadá, França, Alemanha e outros países.

O Pacto Ecosocial e Intercultural do Sul entende que, a partir da América Latina, devemos enfrentar e apresentar alternativas à crise civilizatória que se desenvolve em nosso planeta devido ao sistema capitalista e colonial. Por essa razão, entendemos que nossa missão de descolonização não deve se limitar aos nossos territórios, mas também se estende à realidade do povo palestino, incluindo os refugiados cujo direito de retorno tem sido sistematicamente negado por mais de 75 anos. Conhecemos bem a realidade das áreas de povos e ecossistemas sacrificados em nome de interesses capitalistas e imperiais em nossa região, por isso não podemos nos calar diante do agravamento e do prolongamento do catastrófico paradigma colonial imposto pelo Estado de Israel ao território e ao povo palestino.

Nós nos unimos ao apelo por um cessar-fogo imediato e pela libertação dos reféns israelenses mantidos pelo Hamas, para que nem mais uma gota de sangue seja derramada, e pelo fim das restrições à ajuda humanitária em Gaza. Reconhecemos que não se trata de uma retaliação de Israel, mas da continuação de um processo violento de cerco a Gaza e, portanto, pedimos o fim do bloqueio que limita a vida de mais de dois milhões de palestinos, 800.000 dos quais são crianças e adolescentes que nunca conheceram outra vida que não a dessa prisão.

Repudiamos os argumentos que equiparam qualquer crítica ao Estado de Israel ao antissemitismo. Condenamos, ao mesmo tempo, a equiparação da população judia no mundo com o Estado de Israel e suas políticas; reconhecemos seu direito de viver em paz após uma história de séculos de perseguição e extermínio; e repudiamos os recentes ataques contra o povo judeu, sinagogas e instituições em vários países incentivados por essa guerra, bem como a intensificação de posições islamofóbicas na imprensa ocidental e por representantes da direita em nossos países.

Por fim, queremos destacar que a máquina de guerra tira vidas, destrói territórios, devasta ecossistemas e alimenta um ciclo vicioso de apropriação e desperdício de recursos em nome do lucro e dos interesses coloniais, patriarcais e excludentes dos países e corporações mais poderosos. O poder militar do Estado de Israel não existe isolado desse mecanismo, e a hipermilitarização de Israel se irradia sobre a América Latina. A conexão entre os militares israelenses e a promoção da violência na Colômbia é bem conhecida, enquanto as empresas de armas israelenses assinam contratos com o governo brasileiro e outros governos latino-americanos. A

promoção da guerra e da opressão militar do povo palestino faz parte de um sistema extrativista global e contribui para a perpetuação de regimes e lógicas coloniais também na América Latina.

Qualquer possibilidade de uma transição ecossocial justa exige um compromisso firme com a defesa da vida, a descolonização de territórios e o direito à liberdade dos povos oprimidos. O apelo por uma Palestina livre é também um apelo pela vida e pela construção de uma ética de cuidado entre os povos e a Natureza que contribua para abrir um verdadeiro caminho para a paz.

Pacto Ecossocial e Intercultural do Sul



Outubro de 2023